

Economia

Dinheiro dos royalties para saúde e educação

PETROBRAS



PLATAFORMA
de petróleo:
votação de
texto sobre
destinação dos
royalties, na
Câmara, foi
simbólica

Com a aprovação na Câmara, fica 75% para a educação e 25% para a saúde. União retirou artigo que alterava contratos já realizados

BRASÍLIA

A Câmara aprovou ontem, simbolicamente e sem discussão, o projeto que destina 75% dos royalties do petróleo para educação e 25% para saúde.

A votação foi muito rápida, em cumprimento ao acordo fechado entre o governo e os líderes aliados, e que depois teve a concordância de líderes da oposição.

Pelo acordo, o governo cedeu e aceitou aprovar a fórmula adotada pela Câmara para destinar 50% do capital do Fundo Social para educação e saúde. O governo queria que apenas os juros do Fundo Social fossem utilizados.

Mas a Câmara concordou com o pedido do governo e retirou do texto o artigo sexto do projeto, que estabelecia a exigência de que pelo menos 60% do excedente em óleo do campo a ser explorado iria para a União. O texto vai agora à sanção presidencial.

Segundo o líder do governo, Arlindo Chinaglia (PT-SP), a sugestão do acordo foi feita e aceita pelos líderes aliados na Câmara por entenderem que a fórmula sugerida pela Câmara, de uso dos ativos do Fundo Social, garante mais recursos no curto prazo, mas prejudica a educação no médio e longo prazos, quando a proposta do Senado, de uso dos rendimentos do Fundo é melhor.

“Fizemos a proposta e o acordo foi aprovado por unanimidade dos líderes da base. A proposta da Câmara garante mais recursos no curto prazo e do Senado no médio e longo prazo. Nos próximos quatro anos, no entanto, não há diferença entre as duas propostas. Vamos usar esse prazo para discutir uma fórmula mais equilibrada e temos os compromissos dos líderes”, afirmou Chinaglia, acrescentando:

“Somos contra o uso dos ativos do Fundo, mas estamos ajustando porque a presidente Dilma foi quem levantou a proposta de 100% dos royalties para educação. Todas as hipóteses foram analisadas, a palavra final é da Câmara. Politicamente é mais adequado o caminho que facilita o trâmite”.

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, disse, antes da votação, que era possível combinar as propostas da Câmara e do Senado e garantir um melhor aporte de recursos para a área.

Para ele, o mais importante foi a decisão de suprimir o artigo sexto do projeto, que alterava regras de licitações já realizadas:

“Temos que respeitar as regras”, disse Mercadante.